



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681374 - SP (2021/0227030-9)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : FRANCISCO TELES GONCALVES
ADVOGADO : FRANCISCO TELES GONÇALVES - SP113984
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FÁBO JOSÉ DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : DOUGLAS KENDY MENDA PIRES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FÁBIO JOSÉ DA SILVA, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 0067859-53.2018.8.26.0050).

O paciente foi condenado à pena de 6 anos, 9 meses e 20 dias de reclusão, no regime inicial fechado, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

Defende, em suma, a ilicitude da prova produzida, tendo em vista a imprestabilidade do laudo químico toxicológico, cujo lacre foi adulterado.

Sustenta que o acórdão ora impugnado é objeto de recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça, interposto pelo corréu DOUGLAS KENDY MENDA PIRES e, caso obtida decisão favorável, os efeitos do julgado atingirão o paciente deste *writ*.

Requer, liminarmente e no mérito, a suspensão do mandado de prisão expedido contra o paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, verifica-se que foram declinados os fundamentos para o afastamento da alegação de imprestabilidade da prova produzida nos autos, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fls. 31-33):

Todavia, no laudo definitiva, apesar da análise do mesmo tipo de substância entorpecente apreendida, verifica-se que não consta os números dos lacres do acondicionamento da droga, mas há apenas a expressão “acondicionado sob o lacre”. Porém, as fls. 251/254 e 259/261, foi informado pelo Instituto de Criminalística que a expressão “acondicionado sob o lacre” foi retirada dos laudos periciais, uma vez que se referiam ao lacre geral para contraprova, isto porque o sistema de identificação empregado pelo Instituto de Criminalística é diverso daquele utilizado na Delegacia de Polícia.

De fato, após o Instituto de Criminalística receber o produto da apreensão devidamente lacrado e numerado, é retirada a amostra mencionada, que

passa a ser identificada por número de protocolo(no caso vertente 47312/18), sendo que tais amostras são guardadas para contraprova, devidamente identificadas e ficam acondicionadas em um lacre geral, que assegura a inviolabilidade de todas elas simultaneamente.

Assim, o laudo pericial de fls. 177/179 foi confeccionado após a análise das substâncias indicadas no laudo de constatação e previamente descritas no auto de exibição e apreensão, não havendo que se falar em ausência de materialidade apenas em razão da omissão o número do lacre, isto porque, conforme esclarecido expressão contida no laudo gerava dúvidas, sendo suprimida.

Ademais, nesse contexto, observa-se que somente foi retirada quantidade inferior à apreendida para a constatação provisória de cada um dos entorpecentes apreendidos para perícia, o que justifica a discrepância constatada entre laudo de constatação e exame químico- toxicológico. De fato, não há necessidade de realização de perícia no inteiro teor apreendido, sendo que somente em caso de contraprova é que é realizada nova perícia, também em quantidade inferior da apreendida, eis que o restante é incinerado conforme mandamento legal. Assim, inexistente qualquer mácula, restante plenamente demonstrada a materialidade delitiva.

[...].

Como se vê, o conjunto probatório é robusto no sentido de demonstrar que os réus traziam consigo e guardavam as drogas apreendidas pelos policiais. O modo de acondicionamento das drogas, em porções individuais e prontas para o consumo, bem como sua quantidade evidenciam com segurança que se destinavam à traficância ilícita, afastando-se a tese defensiva de absolvição por insuficiência probatória.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência